

Nesse primeiro número da Diaphonía em 2026, a Revista entrevista a Professora Doutora Susan Haack, formada pela Universidade de Oxford, ministrou cursos na Universidade de Miami em que realizou contribuições para o debate filosófico. Na presente entrevista coordenada por José Maihub junto da Revista Diaphonía, Susan Haack reflete sobre sua vida intelectual.

A Revista, desde já, agradece o aceite do convite pela participação especial na presente edição.

D [Diaphonía]

SH [Susan Haack]

D: Professora Haack, tenho lido suas memórias, *Not One of the Boys: Memoir of an Academic Misfit*, que é extremamente informativo e, ao mesmo tempo, encantadoramente honesto. Fiquei particularmente interessado em saber que você foi a primeira pessoa da sua família a ingressar na universidade — e que, além disso, chegou a Oxford, a mais prestigiada das universidades britânicas. Poderia nos contar um pouco mais sobre como isso aconteceu e quais foram os desafios que você enfrentou nessa nova vida como estudante?

SH: Bem, a primeira coisa a dizer é que isso foi há muito tempo — e na Grã-Bretanha. Naquela época, apenas cerca de 2% dos jovens ingressavam na universidade, e menos meninas do que meninos. Minha família, certamente, não era rica; tínhamos nossa própria casa, mas, olhando para trás, percebo que ela estava bastante hipotecada, e meus pais trabalhavam em tempo integral — presumo que para pagar essa dívida. Minha mãe lecionava o que na época se chamava de “Ciências Domésticas” em uma escola local, e meu pai se autodenominava “químico industrial”. Eu reparava que, embora ele sáisse para trabalhar de terno, levava botas de borracha no porta-malas do carro — então acredito que ele era algo como um supervisor na refinaria de açúcar onde trabalhava.

Meus pais gostavam da ideia de que eu fosse para a universidade, mas não creio que jamais tenham cogitado Oxford. Essa ideia partiu, na verdade, do professor que me dava aulas de História na escola pública onde estudei. O Sr.

Poulter tinha sido aluno de Oxford e, generosamente, tomou a iniciativa: “Você vai prestar o exame de admissão para Oxford.”

Prestar esse exame significava pegar um ônibus longo até Oxford para realizar as provas especiais: uma na área de minha escolha (História) e outra de tradução de um texto inteiro do latim — obrigatória para qualquer candidato, independente do curso. A prova de História correu bem, mas a de Latim... nem tanto. Eu havia estudado Latim, mas focado nas *Guerras Gálicas* de César. O texto da prova, no entanto, era de uma natureza completamente diferente — falava de cidadãos se revoltando por conta do preço do pão. O título estava em inglês e, no meio do texto, consegui ler uma frase: “Havia uma multidão de mulheres no fórum.” Fora isso, não consegui traduzir praticamente nada. Então fiz algo bastante inusitado: escrevi uma redação de uma página com aquele título e incluindo aquela frase no meio, mas que, obviamente, não era uma tradução.

Ainda deprimida com isso, e entediada porque faltava uma hora para o fim da prova, virei a folha e vi que havia um texto em italiano para traduzir. Eu nunca havia estudado italiano, mas meu francês era razoavelmente bom — e, para minha surpresa, consegui traduzir o texto italiano sem grandes dificuldades. E assim fiz. Sempre me perguntei se não foi essa tradução do italiano — que eu tecnicamente nem sabia — que me garantiu uma vaga em Oxford!

D: Sua ida para Oxford gerou dificuldades financeiras para sua família?

SH: Bom, como disse, minha família não era rica, e acho que meu pai ficou bastante preocupado com a possibilidade de os custos serem maiores do que podíamos pagar — coisas como livros e o traje acadêmico, que era obrigatório para ir às tutorias e fazer provas. No entanto, me orgulho de dizer que, vivendo de forma extremamente econômica, consegui manter meus gastos no mínimo. Minha maior despesa foi comprar uma bicicleta usada, que usei para tudo.

Consegui me manter com a pequena bolsa que recebia do conselho municipal da minha região. Durante toda a graduação — na verdade, desde antes de ir para Oxford — trabalhei em empregos administrativos durante todas as férias: de verão, Natal, Páscoa. Nunca ganhei muito, mas isso me permitiu não depender financeiramente dos meus pais. Além disso, aprendi muito nesses trabalhos — alguns em empresas privadas, outros em um grande hospital numa região pobre

de Londres, numa biblioteca pública, em uma empresa de importação de chá, em outra de importação de madeira, na BBC (rádio e TV pública britânica) e assim por diante.

Nenhum desses trabalhos era glamouroso, mas o da BBC tinha uma vantagem interessante: o restaurante da empresa oferecia comida decente e barata, e às vezes você acabava sentado na mesa ao lado de alguém que era estrela de um programa de rádio ou TV.

Fiz de tudo: trabalhei em centrais telefônicas (daquelas antigas), calculei salários, impostos, contribuições sociais, cataloguei livros, arqueei documentos. Em um dos trabalhos de cálculo de salários, também era minha função colocar o dinheiro em envelopes e levar, toda sexta-feira, esses envelopes da sede da empresa até a fábrica — uma caminhada de uns 100 metros. O chefe me deu uma régua e disse: “Use isso se alguém tentar te assaltar.” Acho que eu deveria ter recebido adicional de periculosidade, mas, claro, não recebi.

Uma história curiosa: em um dos empregos, fui eficiente demais — tanto que me tornei redundante! Eu trabalhava numa empresa que oferecia seguros para servidores públicos. Meu trabalho era buscar os arquivos dos clientes quando os atendentes pediam. Numa sexta-feira tranquila, para me entreter, resolvi colocar etiquetas nos arquivos: A, B, C... e reorganizei tudo em ordem alfabética. Na segunda-feira de manhã, recebi uma ligação: “Não precisa mais vir, não precisamos mais de você.” (Encontrei outro emprego em dois dias.)

D: O que despertou seu interesse pela Filosofia?

SH: Na verdade, me inscrevi em Oxford para cursar PPE — Filosofia, Política e Economia — porque parecia interessante. Mas eu nem sabia exatamente o que era Filosofia. Quando fui à biblioteca da minha cidade procurar livros de Filosofia, encontrei uma seção chamada “Filosofia, Jornalismo, etc.”.

Contudo, assim que comecei as aulas em Oxford, percebi que Filosofia era realmente fascinante e que se conectava com muitas questões que eu já me fazia, sem saber que eram questões filosóficas. Lamento dizer que minha mãe jamais conseguiu diferenciar Filosofia de religião, e nada do que eu dissesse mudava isso.

Uma das matérias era Lógica e, talvez por eu ter certa facilidade com matemática, gostei imediatamente. Outra era Ética, que achei extremamente difícil

— muito mais difícil que Lógica —, mas percebi que, se eu me dedicasse, poderia se transformar em algo realmente valioso.

D: Quais foram os maiores desafios que você enfrentou como a primeira pessoa da sua família a estudar em Oxford?

SH: Como conto nas minhas memórias, demorei um pouco para alcançar academicamente os outros alunos. Eu era a única entre as mulheres do meu curso que não havia vindo de uma escola particular de elite, então não estava preparada para a necessidade de aprender, sozinha, como aprender. Mas logo peguei o jeito — e descobri que isso era não só desafiador, mas também incrivelmente recompensador.

O maior problema — diferente do maior desafio — era algo em que eu nem havia pensado: na época, havia sete homens para cada mulher em Oxford. E isso tornava a vida social bastante desconfortável. A situação não melhorava com a postura da própria universidade, que parecia enxergar as mulheres como uma possível distração. Pouco antes das provas finais, recebi uma carta que dizia que, embora fôssemos obrigadas a usar o traje acadêmico completo — terno escuro, camisa branca, gravata preta, meias pretas, sapatos pretos e a beca —, “as senhoritas não deveriam usar minissaias, pois poderiam distrair os alunos homens”. Meu único terno tinha uma saia que ficava uns 10 centímetros acima dos joelhos — e eu fiquei preocupada, achando que poderiam me expulsar da prova por estar “inadequadamente vestida”. Felizmente, acho que dobrei um pouco os joelhos e passei despercebida — e, mais do que isso, passei com louvor.

Depois percebi que não se esperava, de verdade, que as mulheres tivessem um desempenho tão bom quanto os homens. Felizmente, Oxford já havia adotado um sistema em que as provas eram corrigidas por número, não por nome — os nomes só eram revelados depois das notas fechadas. Após os exames, conquistei o que chamam de *congratulatory first*, que é a mais alta distinção possível. Na festa da faculdade, com morangos e champanhe, minha orientadora — talvez um pouco animada demais com o champanhe — me contou algo que talvez não devesse: “No seu caso, os examinadores devolveram a lista pedindo: ‘Por favor, confirmem esse aqui — não pode ser uma mulher.’”

Anos depois, isso se confirmou. Encontrei um dos examinadores numa conferência na França. Durante o almoço, ele me olhou atentamente e perguntou: “Qual era seu sobrenome de solteira?” Respondi. Ele disse: “Ah, sim, sim... me lembro dos seus exames... ufa.” Já fazia tempo suficiente para que ele, de fato, se mostrasse constrangido.

D: Como você conseguiu seu primeiro emprego acadêmico e como foi essa experiência?

SH: Depois das provas finais da graduação, me inscrevi no *B.Phil.* em Filosofia, que, na época, era o caminho padrão para quem queria ensinar Filosofia na universidade. Tive professores renomados: Michael Dummett, em Lógica; Gilbert Ryle, sobre Platão; Philippa Foot, em Ética; e David Pears, em Metafísica. Escrevi uma pequena dissertação sobre ambiguidade e os muitos problemas filosóficos que percebia surgirem da equivocação linguística.

Inicialmente, alguns professores duvidaram do tema — um deles perguntou: “Ambiguidade é mesmo uma questão filosófica?” — mas, depois de lerem meu trabalho, reconheceram que sim e que eu havia feito um ótimo trabalho.

O próximo passo foi conseguir um emprego, o que não foi fácil. Acabei conseguindo um cargo temporário de três anos como *assistant lecturer* em um colégio feminino de Cambridge. Lá, ministrei tutorias e, eventualmente, uma pequena turma de Lógica para graduação.

Depois, consegui um cargo permanente na Universidade de Warwick, nas Midlands britânicas, onde lecionei Lógica, Filosofia da Lógica, Epistemologia e Metafísica — que, na época, era uma disciplina obrigatória de um ano no segundo ano do curso.

Tive excelentes alunos — nem todos brilhantes academicamente, mas todos muito interessantes. Uma jovem, por exemplo, era uma aluna mediana em Filosofia, mas se revelou uma oboísta talentosa e compositora para oboé.

No departamento, havia poucos alunos de pós-graduação, mas orientei alguns — incluindo um que, depois de muita dificuldade para conseguir vaga na academia, migrou para a área de desenvolvimento de softwares educacionais, onde teve uma carreira muito bem-sucedida (e recentemente se aposentou).

Enquanto lecionava em Cambridge, também me inscrevi no doutorado, pois a carga horária permitia que eu desenvolvesse meu trabalho paralelo. Minha tese, *Deviant Logic*, foi publicada pela Cambridge University Press em 1974. Poucos anos depois, frustrada pela dificuldade em encontrar um bom livro didático de Lógica para minhas turmas em Warwick, escrevi meu segundo livro, *Philosophy of Logics* (1978), que teve enorme sucesso — vendeu milhares de cópias e continua em circulação até hoje. Curiosamente, atualmente a edição mais vendida é a portuguesa, muito popular no Brasil.

D: Posso pedir que você explique o que quer dizer, no último capítulo de *Philosophy of Logics*, quando fala em “erro lógico”?

SH: Refiro-me, em parte, ao fato de que tanto alunos quanto, às vezes, até professores de Lógica cometem erros — isso é inegável, embora não muito interessante filosoficamente. Mais importante, refiro-me ao fato de que até alguns dos maiores inovadores da Lógica cometeram erros em seus sistemas. Notavelmente, o *Begriffsschrift* (1879) de Frege apresentava princípios que ele considerava “auto-evidentes”. Contudo, como Bertrand Russell demonstrou, esses princípios eram inconsistentes. A famosa *paradoxo do conjunto de todos os conjuntos que não são membros de si mesmos* surge diretamente dali: esse conjunto é membro de si mesmo se, e somente se, não for membro de si mesmo.

D: Fiquei particularmente intrigado com seu artigo “*The Justification of Deduction*”, que, pelo que percebo, recebeu bastante atenção, tanto na época quanto posteriormente.

SH: Bem, há uma história interessante sobre esse artigo, que acho que você vai gostar. Eu o escrevi depois de publicar *Deviant Logic* e enquanto trabalhava em *Philosophy of Logics*. Fui motivada, em parte, pela insistência de Karl Popper de que a indução não poderia ser justificada, porque, segundo ele, se você pudesse justificar a indução usando indução, então poderia, da mesma forma, justificar a contra-indução usando contra-indução. Depois de refletir sobre isso por um tempo, escrevi “*The Justification of Deduction*”, argumentando não que a dedução não pudesse ser justificada, mas que você não poderia justificá-la por meio de um argumento dedutivo, assim como não se pode justificar a indução por meio de um argumento indutivo. Se isso fosse possível, então seria possível justificar até mesmo

a regra dedutiva de *afirmação do consequente* (à qual chamei de *modus morons*), se fosse permitido usar *modus morons* para fazê-lo. Submeti esse artigo ao *Journal of Philosophy*, então o periódico de filosofia mais prestigiado dos Estados Unidos. No entanto, após nove meses de espera, recebi uma carta de rejeição com aquele que talvez tenha sido o parecer mais inútil que já recebi: “*Inteligente, mas não inteligente o suficiente*”. Então enviei o artigo para a *Mind*, que o aceitou e publicou em 1976. Entretanto, nesse meio-tempo, Michael Dummett havia publicado um artigo com o mesmo título; e, como ele o havia apresentado como uma palestra na British Academy, foi imediatamente publicado por eles, saindo antes que meu artigo aparecesse na *Mind*.

Depois disso, escrevi um segundo artigo explicando o que havia de errado no artigo de Dummett, mas, naturalmente, esse não foi muito lido por algum tempo. Eventualmente, no entanto, meu artigo original chamou a atenção; foi publicado em espanhol além de inglês, e incluído na segunda edição, ampliada, de *Deviant Logic*, publicada pela University of Chicago Press em 1996. Chicago vendeu mais exemplares desse livro em seis meses do que Cambridge havia vendido nos seis anos anteriores — o preço da edição de Chicago era muito mais acessível. Depois disso, “*The Justification of Deduction*” parece ter adquirido o status de clássico filosófico. Contudo, não faço ideia de quantas vezes ele foi reimpresso, porque, ao que tudo indica, a Oxford University Press, que assumiu a publicação da *Mind* por volta de 2008, presumiu que tinha todos os direitos para autorizar reimpressões de “*The Justification of Deduction*” sem me consultar ou informar.

D: Percebo que, após seu trabalho em lógica, você migrou para a epistemologia. Estou curioso sobre o que a levou a fazer essa transição e como isso se desenvolveu para você.

SH: Pouco depois de publicar *Philosophy of Logics*, o professor Nicholas Rescher — que, na época, era editor tanto da *American Philosophical Quarterly* quanto de uma coleção de livros publicada pela Blackwell, em Oxford — me enviou uma carta convidando-me a escrever um livro sobre epistemologia para essa coleção. Imagino que ele tivesse em mente um livro parecido com *Philosophy of Logics*, mas sobre epistemologia, e, de fato, foi assim que inicialmente concebi esse projeto. No

entanto, logo após começar, percebi que, na verdade, estava tentando fazer algo muito mais ambicioso — não apenas escrever um manual informativo e útil, mas oferecer uma contribuição genuína e inédita para esse campo da filosofia. Isso foi empolgante, mas também bastante assustador; tanto que levei quinze anos para escrever esse livro, e houve muitos momentos em que achei que jamais o terminaria. Eventualmente, no entanto, fui encontrando meu caminho epistemológico e percebi que a dificuldade vinha do fato de que esse campo estava simplesmente saturado de falsos dilemas: não apenas *fundacionalismo versus coerentismo* (que foi o primeiro falso dilema que enfrentei), mas também *internalismo versus externalismo* (o segundo falso dilema que abordei), entre muitos outros.

Foi nesse livro que desenvolvi a teoria que chamei de *foundherentismo*, que, a meu ver, preserva os elementos verdadeiros das teorias fundacionalistas, eliminando os falsos, e preserva os elementos verdadeiros das teorias coerentistas, também descartando seus falsos. Daí o termo *foundherentismo*, que combina elementos de *foundationalism* (fundacionalismo) e *coherentism* (coerentismo). Hoje vejo esse livro como aquele no qual, filosoficamente, alcancei minha maturidade. Contudo, quando o terminei, cheguei a me perguntar se ainda teria algo a dizer. O que descobri foi que cada capítulo desse livro acabou me levando a novos terrenos e novas ideias. *Evidence and Inquiry* (E&I) tem sido, portanto, extremamente frutífero para mim e, acredito, também para um público filosófico e interdisciplinar mais amplo.

O primeiro capítulo, no qual explico por que esse dilema é falso, já foi bastante difícil. Mas o segundo, em que discuto o fundacionalismo e seus problemas, foi ainda mais desafiador. Tomei como exemplo C.I. Lewis e a teoria que ele apresenta em *An Analysis of Knowledge and Valuation* (1946). O desafio não era apenas que sua teoria era extremamente complexa, e que identificar seus problemas exigia bastante rigor, mas também que, em cerca de dez páginas desse livro extenso, Lewis chega a propor algo que, na prática, é uma teoria *foundherentista* — mas recua antes de levar isso às últimas consequências naquele capítulo.

Nesse contexto, uma analogia me foi bastante útil: a semelhança entre a estrutura das evidências e a estrutura de um jogo de palavras cruzadas, em que as pistas são análogas às evidências experienciais, e as respostas já preenchidas são análogas às razões. Essa analogia me ajudou bastante a desenvolver a teoria em mais detalhes, mas, infelizmente, muitos leitores acharam que a analogia *era* a teoria, o que, obviamente, não é verdade.

De qualquer forma, o capítulo 3 examina os problemas do coerentismo — especificamente, sua incapacidade de incorporar o aporte da experiência — e toma como exemplos *The Structure of Empirical Knowledge* (1985), de Laurence Bonjour, e *A Coherence Theory of Truth and Knowledge* (1986), de Donald Davidson. No capítulo 4, desenvolvo em detalhes minha teoria foundherentista. Argumento que o quanto uma pessoa está justificada em acreditar em algo depende de quão boas são suas evidências. “Suas evidências” se refere às evidências que de fato a levam a acreditar, sendo, portanto, um conceito causal; enquanto “quão boas” diz respeito à qualidade dessas evidências em relação à crença em questão, e é, portanto, uma noção avaliativa. Quão boas são essas evidências não é questão de quão boas *ela acha* que são, mas de algo objetivo: quanto mais essas evidências apoiam a crença, quanto mais independentes e seguras forem as razões, e quanto mais abrangente for esse corpo de evidências, maior a probabilidade de que a crença seja verdadeira.

O capítulo 5 aborda o que são evidências experienciais e o que as torna melhores ou piores. O principal alvo aqui é Karl Popper, que, argumento eu, não possui uma teoria coerente do que ele chama de “a base empírica”. A solução passa por uma análise muito mais cuidadosa do papel que a experiência desempenha na justificação.

O capítulo 6 examina a famosa e influente proposta de Quine de “naturalizar” a epistemologia. Argumento que Quine, na verdade, oferece três versões diferentes e incompatíveis de epistemologia naturalizada. A primeira — e mais plausível, que eu defendo — sustenta que a epistemologia não é totalmente *a priori*, mas, em parte, empírica, podendo recorrer a resultados das ciências, especialmente da psicologia. A segunda, mais radical, propõe que questões epistemológicas possam simplesmente ser entregues às ciências para que elas as resolvam — ideia abraçada por Alvin Goldman e outros *reliabilistas*. A terceira, ainda mais radical, defende

que as questões epistemológicas são ilegítimas e deveriam ser abandonadas em favor de questões científicas sobre cognição. Defendo que apenas a primeira dessas abordagens é defensável, e que a teoria apresentada em *Evidence and Inquiry* é, de fato, modestamente naturalista nesse sentido.

O capítulo 7 se volta para Alvin Goldman e sua abordagem reliabilista. Identifico três teorias diferentes e mutuamente incompatíveis que Goldman propôs ao longo de sua carreira. Argumento que todas falham. A lição que extraio é que o conceito-chave de Goldman — a confiabilidade de um processo de formação de crenças — é simplesmente o conceito errado para explicar justificação; o conceito necessário é o de *indicatividade da verdade* das evidências. E é exatamente isso que *Evidence and Inquiry* procura explicar.

O capítulo 8 discute os supostos epistemólogos radicais que argumentam que, simplesmente, não existem crenças — e, portanto, não haveria sujeito para uma teoria epistemológica. Argumento que o problema aqui é que esses filósofos simplesmente compreenderam mal o que é uma crença e, nesse contexto, dou os primeiros passos no desenvolvimento da minha própria teoria sobre o crer, que chamo de “*sign-mediation approach*” (abordagem da mediação por signos).

O capítulo 9, “*Vulgar Pragmatism: An Unedifying Prospect*”, aborda Richard Rorty, que atribui ao termo *fundacionalismo* três sentidos diferentes. Um, a teoria da justificação, tradicionalmente oposta ao coerentismo. Dois, a ideia de que a epistemologia é uma disciplina *a priori* — que se ocupa apenas dos nossos conceitos ou da nossa linguagem, e não da relação deles com o mundo. E três, a ideia de que a epistemologia é a disciplina fundamental para toda investigação, incluindo a científica. Ao endossar, sucessivamente, esses três sentidos, Rorty acredita ter mostrado que não existe tal coisa como epistemologia — que esse campo deveria ser simplesmente abandonado. É claro que tudo isso não passa de uma complexa tripla equivocação. Rorty começa argumentando que o fundacionalismo, como teoria da justificação empírica, é equivocado, e que, portanto, deveríamos adotar o coerentismo. Depois, interpreta o coerentismo como algo semelhante ao “conversacionalismo”, ou seja, a epistemologia seria apenas sobre alcançar acordo nas conversas. Por fim, conclui que, sendo isso o que a epistemologia é, ela não pode servir como disciplina fundamental para as

ciências. Na visão dele, não há nada de especial nas ciências, exceto o fato de serem “um modelo de solidariedade humana”. A ideia de que o que torna as ciências especiais é serem como um sindicato muito eficiente é, obviamente, bizarra. Séculos de trabalho científico — propondo teorias, refutando-as quando falham, depois propondo outras, e assim sucessivamente — não se parecem em nada com um esforço constante para manter as pessoas em concordância. No final, todo o argumento de Rorty se baseia apenas num grosseiro falso dilema: ou a verdade é correspondência com as *coisas-em-si*, ou então é nada além daquilo que você consegue defender contra todas as objeções em uma conversa. Longe de ser edificante, como Rorty afirma, essa posição nos deixaria sem qualquer espaço para um trabalho intelectual honesto. E há aqui uma ironia, já que Rorty se declara seguidor de Dewey, sendo que uma das maiores preocupações de Dewey era justamente superar dualismos insustentáveis.

No capítulo 10, “*Foundherentism Ratified*”, lembro aos leitores — e a mim mesma — que a justificação das crenças empíricas é sempre uma questão de grau, e que não estamos perfeitamente justificados em nenhuma de nossas crenças. Começo explicando que esses graus de justificação não são, e não podem ser tratados como, probabilidades matemáticas; eles têm um perfil lógico completamente diferente. Nesse capítulo final, exploro a relação entre uma pessoa estar justificada, em certo grau, em uma crença, e a probabilidade de que essa crença seja verdadeira. Obviamente, não há aqui nenhum argumento cartesiano; de fato, tal argumento nos colocaria diretamente de volta no círculo cartesiano. Contudo, argumento que, se qualquer forma de investigação empírica é possível para nós, então a investigação que resulta em crenças que satisfazem os critérios do foundherentismo, em grau razoável, é o melhor que podemos fazer. *Evidence and Inquiry* foi muito bem recebido por muitos leitores — na filosofia, nas ciências (especialmente na economia, curiosamente) e no direito. Entretanto, a recepção por parte da epistemologia mainstream foi notavelmente fria. Concluo que isso se deve ao fato de que os epistemólogos do mainstream ficaram incomodados ao ver alguém de fora do “clube” lidando com aquilo que eles consideravam *seus* problemas.

D: A sua mudança para esse novo trabalho em filosofia da ciência foi resultado da sua ida para Miami?

SH: Bem, isso aconteceu logo no início da minha estadia em Miami, mas não como resultado direto dela. (Na verdade, eu nunca lecionei a disciplina regular de filosofia da ciência em Miami, pois sempre havia alguém que reivindicava que essa era sua área e que eu não deveria tocá-la.) Não, o que me levou a começar a escrever *Defending Science–Within Reason* foram dois eventos ocorridos em sequência, em meados dos anos 1990. O primeiro foi sobre a questão: "O que as ciências naturais sabem e como sabem?" — e os palestrantes, inclusive eu, estavam majoritariamente focados em responder aos críticos pós-modernos da ciência, que a viam apenas como política, retórica e interesses comerciais. O segundo evento foi sobre como lidar com a "pseudociência", e, por algum motivo, o principal alvo era a homeopatia. Naquele momento, percebi que esses críticos da pseudociência não conseguiam sequer definir o que era pseudociência — estavam apenas sinalizando que não gostavam dela. Isso me fez perceber que era necessário que alguém escrevesse algo consistente, explicando por que tanto a disposição acrítica para criticar a ciência quanto a deferência acrítica à ciência estavam equivocadas. O resultado foi meu livro seguinte, *Defending Science–Within Reason: Between Scientism and Cynicism*. Esse livro não levou tanto tempo para ser escrito quanto *Evidence and Inquiry*. Na verdade, ficou pronto por volta de 2002. No entanto, encontrar uma editora adequada foi um verdadeiro desafio. Inicialmente, recebi uma proposta da Princeton University Press. O parecer da avaliação foi levemente irritante, pois insistia que eu fizesse referência ao próprio trabalho (irrelevante) do avaliador. Mas o problema real foi o editor, que não conseguia acreditar que eu não aceitasse sua proposta imediatamente e sem hesitação. Ele tentou me convencer argumentando que Princeton havia publicado um livro de Scott Soames sobre a teoria da verdade de Tarski. Expliquei que o livro de Soames se baseava em um grave equívoco sobre Tarski, e que esse equívoco já havia sido claramente exposto no meu livro *Philosophy of Logics*, publicado em 1978. O editor admitiu que tinha ouvido falar do meu livro, mas aparentemente nunca o leu, embora ele ainda estivesse disponível em 2002. Então, liguei para o editor-chefe da Prometheus Books, uma editora menor e independente, e perguntei aquilo que o editor da

Princeton disse que não podia me responder, pois "não era seu trabalho": qual seria o tamanho da tiragem, qual seria o preço do livro e quando eles esperavam lançá-lo. Ele me respondeu que fariam alguns milhares de cópias, que o preço seria de US\$ 32, e que o livro sairia no outono daquele ano. Aceitei a proposta, e nunca me arrependi dessa decisão.

D: Você pode nos contar mais sobre o conteúdo desse livro?

SH: O primeiro capítulo explica exatamente por que precisamos encontrar um caminho intermediário entre o cientificismo e o cinismo. O segundo capítulo apresenta minha concepção de método científico — ou melhor, minha concepção *em vez de* uma teoria de método científico. O terceiro oferece minha explicação do que significa a expressão “evidência científica”. O que quero dizer com essa expressão é simplesmente a evidência relativa às afirmações e teorias científicas; e argumento que essa evidência é contínua com a evidência usada nas afirmações empíricas do cotidiano, embora, é claro, as teorias científicas sejam frequentemente muito diferentes das ideias do senso comum.

Depois desses capítulos, passo para a questão das ciências sociais: elas são semelhantes ou diferentes das ciências naturais? Respondo que são semelhantes em alguns aspectos, mas diferentes em outros. Em seguida, abordo a questão dos fundamentos metafísicos da investigação científica, e aqui me apoio, em grande parte, nas ideias que desenvolvi anos antes no artigo *Realisms and Their Rivals: Recovering Our Innocence*. Depois disso, me diverti imensamente escrevendo um capítulo sobre as semelhanças e diferenças entre ciência e literatura imaginativa, em que a distinção entre o *imaginativo* e o *imaginário* é fundamental. Foi muito divertido escrever esse capítulo, em parte porque pude usar todos os tipos de exemplos ficcionais, alguns deles muito engraçados. No entanto, também foi o capítulo que me causou certo constrangimento quando fui apresentá-lo no College of William and Mary, na Virgínia, e a jovem extremamente séria que me recebeu informou, durante o jantar na noite anterior, que “o humor não tem lugar na filosofia”. *Ops!* Felizmente, no dia seguinte, descobri que os estudantes simplesmente adoraram esse texto, se divertiram muito e ainda fizeram filosofia ao mesmo tempo. Depois vieram os capítulos sobre ciência e religião (como eu já sabia, o mais controverso), sobre ciência e direito, e, finalmente — não pude

resistir! — sobre os muitos e muitos sentidos da expressão “o fim da ciência”. Para esclarecer a confusão, assegurei aos leitores que não há perigo real de que a ciência esteja prestes a se completar em um futuro próximo.

D: Vejo que você tem outro livro, *Scientism and Its Discontents*, de 2016. Pode nos contar um pouco mais sobre ele?

SH: Como sempre, é um pouco complicado. Em 2014, fiz duas palestras no University College Dublin (Irlanda), na ocasião em que recebi a Medalha Ulysses, a mais alta honraria da instituição. Naquela altura, o maior perigo já não parecia ser o cinismo em relação à credibilidade das ciências, mas sim um cientificismo cada vez mais agressivo. Decidi, então, que era hora de explicar com mais detalhes o que havia de errado com o cientificismo. As duas palestras foram: “Ciência, sim; Cientificismo, não” e “Filosofia Cientificista, não; Filosofia Científica, sim”. Isso resultou em dois longos textos, cada um extenso e abrangente demais para ser publicado nos periódicos acadêmicos tradicionais. Então, aceitei uma proposta de uma editora eletrônica relativamente nova, a Rounded Globe, que publicou essas duas palestras como um pequeno e-book, disponível gratuitamente para download. Eles fizeram um ótimo trabalho na produção do livro, mas, infelizmente, aparentemente não duraram muito: pouco depois da publicação, ficaram completamente silenciosos e nunca mais se ouviu falar deles. Ainda assim, fico feliz em dizer que o livro continua disponível gratuitamente na internet¹.

D: Tenho a impressão de que você gastou muito tempo e energia tentando obter condições razoáveis dos editores, e que isso não foi fácil.

SH: Você está absolutamente certo. A publicação acadêmica, lamento dizer, está em uma situação muito ruim. E um autor que queira acompanhar o que acontece com seu trabalho tem muita dificuldade para isso. Dediquei muito tempo a essa tarefa, mas, no geral, tive um sucesso razoável. De todo modo, talvez você se interesse em ler meu artigo *The Academic-Publication Racket*, publicado em 2018, no qual explico por que a situação era tão ruim — ou melhor, era tão ruim em 2018, porque, receio dizer, hoje está ainda pior.

D: Os editores foram seu maior problema?

¹ Acesso do site comentado na entrevista: <https://roundedglobe.com/html/9935bace-bf5e-459c-80ae-ce42bfa2b589/en/Scientism%20and%20its%20Discontents/>.

SH: Bem, um grande problema, mas de forma alguma o único. Também tive, por exemplo, bastante dificuldade com pessoas que se sentiram livres para tomar ideias ou até palavras minhas e usá-las como se fossem delas, sem nenhum reconhecimento. Infelizmente, aprendi ao longo dos anos que há muito pouco que se possa fazer a respeito.

D: Pelo seu currículo², vejo que você fez muitas visitas ao Brasil. Poderia nos contar quais lugares visitou?

SH: Belo Horizonte; Florianópolis; Rio de Janeiro, onde visitei três instituições — UFRJ, PUC-Rio e Fundação Oswaldo Cruz (e também desenvolvi um enorme carinho pelos jardins botânicos absolutamente esplêndidos do Rio e, em um restaurante da cidade, pela minha sobremesa favorita de todos os tempos: creme de mamão, servido gelado em um copo alto com uma colher de kirsch por cima — é ao mesmo tempo lindo e delicioso); Porto Alegre; São Leopoldo; Fortaleza; Salvador; Marília. É claro que o Brasil é um país enorme, mas guardo lembranças de alguns lugares realmente lindos.

D: Você chegou a reencontrar algumas pessoas da sua juventude, dos tempos de estudante ou de antes?

SH: A maioria, infelizmente, faleceu antes de mim. Mas, há muitos anos, recebi uma carta do Sr. Poulter, o professor de história que insistiu para que eu prestasse o exame de admissão para Oxford, querendo saber como eu estava. Respondi que, se algum dia estivesse em Londres, o avisaria para tentarmos nos encontrar. Alguns anos depois, estava em Londres, e nos encontramos para um jantar modesto, porém muito agradável, seguido de uma longa conversa, na qual descobri que ele, muito tempo depois que eu o conhecera, havia se tornado diretor bem-sucedido de uma grande escola secundária. Também se divorciou e depois se casou novamente, dessa vez com uma mulher muçulmana, que ele descreveu como alguém muito determinada e muito parceira. Para minha surpresa, descobrimos que compartilhávamos um interesse que eu jamais teria imaginado: assim como eu, ele era muito fã dos romances policiais de Dorothy Sayers, tema do qual conversamos por quase uma hora. Pouco tempo depois, recebi dele um pacote

² Acesso ao currículo comentado na entrevista [https://people.miami.edu/assets-profiles/acad-as/pdf/philosophy/haack-cv.pdf](https://people.miami.edu/assets/profiles/acad-as/pdf/philosophy/haack-cv.pdf)

contendo vários livros sobre Sayers, incluindo um que eu guardo com muito carinho até hoje — uma coletânea da correspondência dela com seus contemporâneos. No geral, foi uma experiência extremamente feliz. Só me resta agradecer a você, José, pelas perguntas. Esta foi uma entrevista muito interessante e uma ótima oportunidade para falar com você e seus leitores.

D: Muito obrigado, professora Haack, por me conceder tanto do seu tempo e por respostas tão detalhadas e esclarecedoras. Tenho algumas palavras finais para você, do poema de Boris Pasternak, *It Is Not Seemly To Be Famous*:

Não é próprio querer ser famoso:

A celebridade não enobrece;

Não há por que acumular seus escritos

E guardá-los fechados em um cofre.

Dar tudo de si — isso é criação,

E não — ensurdecer e ofuscar.

Quão vergonhoso, sem nenhum sentido,

Estar na boca de todos!

Tente não viver como um farsante,

Mas conduza sua vida de tal modo

Que seja amado pelas vastas paisagens,

E escute o chamado dos anos futuros.

Deixe espaços em branco na vida, não nos papéis,

E jamais hesite

Em riscar pedaços inteiros, capítulos inteiros,

De sua existência, de seu destino.

Retirando-se para a obscuridade,

Tente ocultar seu desenvolvimento,

Como a névoa outonal nas manhãs precoces

Oculta a paisagem sonhadora.

*Outro, passo a passo, seguirá
A marca viva de seus pés;
Mas você mesmo não deve distinguir
Sua vitória de sua derrota.*

*E nunca, nem por um único instante,
Traia seu credo ou finja,
Mas esteja vivo — isso é o que importa —
Vivo e ardendo até o fim.*

SH: E eu também agradeço. Tudo de melhor para você e para o seu trabalho.

Recomendações de leituras complementares feitas pela autora Susan Haack na entrevista:

Haack, Susan. Not One of the Boys: Memoir of an Academic Misfit. *Cosmos+Taxis* vol. 8, issue 6-7, pp. 92-106.

Haack, Susan; The Justification of Deduction. *Mind*, vol. 85, No. 337 (Jan., 1976), pp. 112-119.

Haack, Susan. Dummett's Justification of Deduction, *Mind*, vol. 95 (1982): 216-39. Reprinted in: Haack, Susan. *Deviant Logic, Fuzzy Logic*. Chicago: University of Chicago Press, 1996, pp.192-213.

Haack, Susan. *After My Own Heart: Dorothy Sayers's Feminism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Haack, Susan. The World and How We Know It: Stumbling Towards an Understanding. *Estudios filosóficos*, LXVII, no. 196 (2018): 549-61.

Haack, Susan. Universities' Research Imperative: Paying the Price for Perverse Incentives. *Against Professional Philosophy*, 2022.

Haack, Susan. The Whole Truth and Nothing But the Truth. *Midwest Studies in Philosophy* 32 (1): 20-35 (2008).

Haack, Susan, "Preposterism and Its Consequences", in: Haack, *Manifesto of a Passionate Moderate* (1998): pp. 188-208.

Haack, Susan. "Philosophy as a Profession, and as a Calling". *Syzetesis VIII* (2021), pp. 33-51.